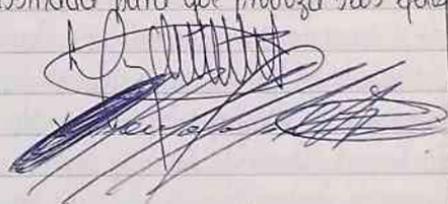


82
e ainda, que eram necessários dois terços da representação legislativa. An-
te o que o prédio da Municipalidade construído no 3º distrito, era um prédio
comum e que perante a Comandação de Búzios, não tinha qualquer condi-
ção jurídica, no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna o Sen-
hor Viriu Pereira da Silva, informando de início que pelo Artigo 57, capi-
tulo 2º, das Atribuições do Prefeito e do Vice Prefeito, Lu Orgânico Munici-
pal, compete privativamente ao Prefeito, in caso vigésimo primeiro, transfe-
rir, temporária ou definitivamente a sede da Prefeitura e, limitando-se
a letra do texto legal, encerrou sua fala. Não havendo mais oradores pa-
ra o uso da tribuna em exploração pessoal, o Senhor Presidente em exer-
cício encerrou a presente sessão em nome de Deus. E, para constar, man-
deou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a Apreciação do Plenário, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos
legais.



Ata da Vigésima Sétima Sessão Or-
dinária do Primeiro Período Legislativo
da Câmara Municipal de Cabo Frio, re-
alizada no dia dezessete de maio do ano
de mil novecentos e noventa e cinco.

♦
Nos dezessete horas do dia dezessete de maio do ano
de mil novecentos e noventa e cinco, sob a Presidência do Vereador Augusto
Silva da Rocha e com a ocupação da Primeira Secretaria pelo Vereador Luiz
Antônio de Abreu Gomes, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de
Cabo Frio. Além desses, responderam a chamado regimental os seguintes ve-
readores: Luiz Gossa de Aguiar, Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Antônio
Mathias Corrêa dos Santos, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Antônio Carlos de
Carvalho Srinidade, Viriu Pereira da Silva, Eduardo Corio Kila, Juan Luiz
de Araújo, Raquel Schmidt, Barão da Rocha Mendes, Wilton Roberto

ra de Souza, Nilando da Silva Pereira, Gilas Rodrigues Bento e Waldir Mauricio de Aguiar Neto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberto a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada Ata da Trigesimo Segunda Sessão Ordinária do Primeiro Período Regulatorio. A seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do rito Regimental, solicitou ao Senhor Primeiro Secretario a leitura do Expediente que consta do seguinte: Requerimento nº 052/95 de autoria do Vereador Carlos Roberto Soares dos Santos, assunto: Solicita ao Excmº Sr. Prefeito Municipal, informar a esta Casa Regulatoria, se está colocando em pratica as exigencias contidas no de nº 1.265/94., Requerimento nº 053/95 de autoria do Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto, assunto: Requer ao Excmº Sr. Presidente da Assembleia Regulatoria do Estado do Rio de Janeiro, Penhadão ou Cópia Reprográfica extraídas dos Autos do Processo nº 2597/94., Requerimento nº 054 de autoria do Vereador Eduardo Correia Neto, assunto: Solicita ao Excmº Sr. Presidente da ALERJ, providências para que o Processo de Comanicação de Armação dos Buzios retorne à análise da Comissão de Constituição e Fichas da Colêndia Casa de Luz do Estado., Indicação nº 032/95 de autoria do Vereador Carlos Roberto Soares dos Santos, assunto: Solicita ao Excmº Sr. Prefeito Municipal, no menor prazo de tempo possível, a demarcação do Parque Municipal da Ponta do Rio São João., Indicação nº 034/95 de autoria do Vereador Nilton Roberto Pereira de Souza, assunto: Solicita ao Excmº Sr. Prefeito Municipal a Pavimentação das Ruas Tomás Gonzaga, Almeida Garret (Rua e Praça), Alexandre Mirulano, Boça de Avuiros e Padre Manoel Bernardes, localizadas no Bairro Celulo Rodar., Indicação nº 035/95 de autoria do Vereador Nilton Roberto Pereira de Souza, assunto: Solicita ao Excmº Sr. Prefeito Municipal a conclusão da Pavimentação da Rua Aspino Rodrigues., Indicação nº 036/95 de autoria do Vereador Antônio Carlos Pereira do Cunha, assunto: Solicita ao Excmº Sr. Prefeito Municipal Aluminação Pública para o Praça da Praça. Suminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente franqueou a tribuna para os oradores inscritos. Depois o Senhor como primeiro orador inscrito o Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto, do PT, falando inicialmente estar assustado com o monopolização de setores de Comunicação, no combate a todos aqueles em posição contrário como estava

de desenvolvendo a Reforma Constitucional. Disse que o PT, tinha uma posição bastante clara em relação as reformas, entende o PT que a melhor ordem para a Revisão Constitucional deveria ser pelo Reforma Tributário. Acrescentou que na corrupção, na fraude, no roubo, e nos impostos injustos residiam os grandes problemas da Nação, mas tal posição do PT não tinha espaço na Grande Imprensa. Comentou a seguir, sobre as posições do Deputado José Genoíno, que mesmo sem ter votado contra as Indicações do PT, sua figura ainda sendo usada como se o Deputado fosse o porta voz do PT. Disse que as notícias sobre o Deputado José Genoíno eram provocativas, e assim não colocavam em foco o que estava por trás das Reformas. Disse que as premissas de um novo Estado Brasileiro eram antigas, como antigas eram as premissas de desenvolvimento, de justiça social, mas, o que se via era o recrudescimento do número de analfabetos, de miséria, de fome, de desemprego. Falou a seguir, quem em campanha intencionalmente tentavam descaracterizar o movimento dos petroleiros, inventando coisas e tentando confundir a opinião pública, com notícias alarmantes como falta de combustível e de eletricidade. Prossequindo disse que petroleiros sabiam que era necessário manter a produção em mínimo indispensável a população brasileira, e assim, o movimento era responsável. Sobre o Previdêncio disse que o trabalhador estava sofrendo novos ataques, atingindo até os que estavam aposentados e pior para os que sequer conseguiriam a aposentadoria, pois teriam que trabalhar com mais de setenta anos, quando a média de vida brasileira não chegava a sessenta e seis anos, e assim era que aposentados seriam os dependentes dos trabalhadores. Disse que durante a greve do Alcatraz, houve a oportunidade de percorrer as unidades fabris, podendo perceber que tipo de ruído entrava os tímpanos dos trabalhadores, operando sem equipamento adequado, e assim eram muitos que acusavam problemas auditivos, sequer chegando a aposentadoria. Falou a seguir da tentativa de terminarem com aposentadorias especiais e por tempo de serviço. Comentou que aposentadoria especial não era regulada de padrão, e, significava que milhares de trabalhadores estavam inseridos em tal classe de aposentadoria. Comentou a seguir, sobre pesquisas desenvolvidas na Inglaterra, apontando a classe de professores com maior incidência de problemas psíquicos. Com relação a

novas alíquotas de desconto para o IBASCAF, tendo em vista os novos índices aplicados pelo INSS, lembrou que o Fundo de Previdência, o Fundo de Pensão criado quando da fundação do IBASCAF, por evitado pelo trabalhador, em dobro, além dos oito por cento do desconto mensal, o que ocorria, salvo melhor juízo, em doze meses para consolidação do fundo de Pensão do Servidor Municipal. Prossigindo, disse que lamentavelmente não existe o dinheiro, por pro sacado ao longo dos tempos, como pro sacado o fundo de Pensão do INSS. Disse que não concordaria com a elevação da alíquota de desconto para o IBASCAF, salvo o Prefeito assumindo a responsabilidade de instalar Auditoria no IBASCAF e explicar onde estava o dinheiro do IBASCAF e, sabendo-se do resultado, então a classe trabalhadora poderia mais uma vez emprestar o seu suor, suor para requer o Instituto. Falou do Hospital do IBASCAF, construído com recursos do servidor e não mais existe, lamentavelmente, e assim encerrou sua fala. A seguir, ocupou a Tribuna o Vereador Silas Rodrigues Bento com o seguinte discurso: "Senhor Presidente, Senhores Vereadores, mais uma vez venho a Tribuna para colocar, deixar registrado a minha posição política, a minha passagem pela Câmara Municipal. Ouvindo o Vereador Alfredo Barreto, colocou muito bem a responsabilidade, a menção do Presidente da República, quando diz que a Previdência não tem dinheiro para pagar melhor aos aposentados. É quando se faz uma sindicância se encontra dinheiro sobrando na Previdência. Venho a Tribuna para fazer críticas e despertar o nosso Deputado que faz parte do nosso Partido, que foi eleito pelas nossas lideranças, que foi pelos nossos Vereadores, muitos daqueles que sequer tem coragem para falar ao Senhor Deputado que ele anda em caminhos errôneos, ou então, esqueceu dos seus companheiros e tem dado prioridade as pessoas que não tem história com o nosso Município e que se afastaram do nosso Município há mais de trinta anos, e hoje aparecem repentinamente como se fossem magiões para tirar proveito talvez do Deputado que, talvez, repentinamente esqueceu dos seus compromissos. Sou político com o nosso Deputado desde o dia em que nasci e despertei para a política, estou do lado do Deputado. O meu pai tem trinta anos de história no PMDB e outros a quem me fogem a memória e que acompanham o Deputado. Nós não vamos aceitar que pessoas estranhas este-

Jam um posto estratégico do Estado para desfazer do grupo político que vem lutando há mais de trinta anos. Não podemos aceitar porque nós somos sãos e somos fiéis e leais com o grupo político. O Deputado que foi eleito, há mais de dez anos ou vinte anos, a Vereador pela classe, pelo trabalhador, pelo pobre, que foi eleito o Prefeito, que agora foi eleito o Deputado pela classe sã, sofremos pressões de todos os lados, para que abrissemos a favor do nosso Deputado. Não é que estou mudando minha posição, é um alerta para que posteriormente não venhamos a perder mais uma vez. Nós não podemos aceitar algumas indicações, algumas nomeações de pessoas que é contra o nosso grupo, pessoas que se dizem contra a um Projeto social, contra a taxa renda, é conhecido agora como Comunidade Solidária, e que falo em público que não tem afinidade conosco, que são diferentes do nosso comportamento. Não podemos aceitar que tais pessoas possam trazer crises política em nosso Partido. Estamos aqui na Câmara há mais de dois anos sofrendo, não comecei até hoje colocar um garo em nenhum lugar na Prefeitura, porque tenho respaldado e mantendo minha posição política. Assim fui incentivado para que fosse um homem de palavra, um homem honesto, que cumprisse com seus deveres. A minha posição tenho eu mantido, fiz oposição e estou fazendo oposição ao Prefeito Municipal há quase três anos por que faço parte de um grupo de oposição. Não sobre neste instante, aqui, para que hoje registado que nosso Deputado reveja, converse com seus companheiros, converse com os Vereadores, porque nós não estamos aqui brincando de político, nós não estamos enganando a ninguém e nem tirando nada de ninguém, estamos aqui fazendo política honesta, estamos aqui com a responsabilidade de mudar a história desse Município. É lamentável, e mais uma vez solicito aos Vereadores, encamemo aos Vereadores que tomem a decisão de cobrar a posição do Deputado. Não podemos aceitar que sejamos nós humilhados em função de pessoas que estiveram há mais de trinta anos afastados da cidade e que hoje estão aí mandando nos postos Estaduais. Muito obrigado". A seguir, o Senhor Presidente transportou os trabalhos para a Ordem do Dia, colocando em discussão o Projeto de Lei nº 006/95, Parecer da Comissão de Obras e Serviços Públicos, em pedido de vistas para o Vereador Orlando da Silva.

Leitura, observando o Senhor Presidente que o citado Projeto de Lei, já me-
recera parecer de Voto do Vereador Aires Bessa de Figueiredo, que no seu bo-
recer final opinava para a Senhora Dila Nazareth de Souza devir ter o no-
me perpetuado em outro logradouro. A seguir, o Senhor Presidente Ayr Silva
da Rocha leu o parecer de Voto do Vereador Orlando da Silva Leira, sugerin-
do no documento elaboração de Lei denominando Francisco Vasconcelos
Sua entidade por tal identificação no Bairro São Cristóvão, Lei oficiali-
zando como Rua Copacabana no Bairro Itaipuru, e Lei denominando
Dila Nazareth de Souza em logradouro a ser determinado. A seguir, disse
o Senhor Presidente ser imperativo a apreciação pelo Plenário, o parecer
da Comissão de Obras e Serviços Públicos, opinando pelo prosseguimento
da matéria. Encaminhando a matéria o Vereador Luiz Antônio de Nello
Cobos, disse que em hipótese alguma gostaria de fixar o nome do primei-
ro Prefeito de Cabo Frio, Francisco Vasconcelos. Disse que antes de ela-
borar o Projeto de Lei denominando Dila Nazareth de Souza a referida Rua
procurara os Registros da Câmara, tendo sido constatado que existia no
Bairro São Cristóvão a Rua Sopa e assim, o Projeto para aprovada na
Comissão pertinentes e pedidos de "ajuda", já estavam. Disse que de fato
pela Lei a Rua Copacabana era Rua Francisco Vasconcelos, mas, os me-
radores do Bairro São Cristóvão haviam colocado a Placa Francisco
Vasconcelos e assim, entendia que haveria um transtorno a mudança
de denominação mesmo com respaldo na Lei, e que até mesmo Escri-
turas e Correspondências assinando como Francisco Vasconcelos. Pros-
sequindo, disse que conversando com o Presidente da Câmara o mesmo
sugeriu que fosse rejeitado o Projeto de Lei nº 006/95 e que fosse elabora-
do outro Projeto de Lei, fixando como Francisco Vasconcelos onde
estava a placa. Disse que iria conversar com a Comunidade da Rua Co-
pacabana e, iria conversar com outras pessoas para que fosse escolhida
ela Rua com que seria homenageada a Senhora Dila Nazareth de
Souza de reconhecido valor para a sociedade cabofriense, pelas virtudes
da caridade e do fé cristã. Disse que teria o máximo cuidado ao pes-
quisar os anais da Câmara porque existiam muitas Ruas com nomes
já requeridos, e que o Presidente já retirara Projeto de Lei por tais razões.

Parabéns ao Presidente Ayr Silva da Mocho por ter determinado pesquisas quanto a denominação de Ruas no Município, para que não ocorressem mais problemas como os que vinham ocorrendo. A seguir apresentou suas desculpas, pois o seu convite não fora de afrontar ninguém e sim apenas homenagear a quem de direito é, que o Prefeito Francisco Vasconcelos levou de sua parte todo o empenho na elaboração de Projeto de Lei, para que o Ruas fosse oficializada com o nome do primeiro Prefeito de Cabo Frio. A seguir, o Vereador Luiz Antônio de Abello Lopes solicitou a rejeição do Projeto de Lei nº 006/95. Prosseguindo na direção dos trabalhos disse o Senhor Presidente Ayr Silva da Mocho: "O Projeto de Lei encontra-se sob aprovação Plenária. O autor pede a rejeição do mesmo para que sejam esclarecidas as dúvidas e, demonstrando elevado espírito Público, declara aos moradores da Rua Prefeito Francisco Vasconcelos que o nome não será alterado. No entanto, nós temos que votar em votação o pedido de rejeição formulado pelo autor, Vereador Luiz Antônio de Abello Lopes. A seguir, votado em votação, o pedido de rejeição do Projeto de Lei nº 006/95 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi aprovado Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Encaminhados a Comissão de Obras e Serviços Públicos os Projetos de Leis nº 003/95 e 015/95. A seguir, foram aprovados os Requerimentos nº 052/95, 053/95 e 054/95. Aprovadas as Indicações nº 032/95, 034/95, 035/95 e 036/95. Terminada a Ordem do Dia o Senhor Presidente franqueou a Tribuna para a Explicação Pessoal. Depois a Tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Osvaldo da Silva Pereira fez do considerações críticas quanto a Administração Municipal, na medida em que era claro e evidente o abandono em que se encontrava o Município, quanto a serviços de manutenção e limpeza de áreas urbanas baldias. Disse que por ser Vereador integrante da Bancada do Governo, preferia dirigir seus pleitos diretamente aos Secretários, pois entendia que serviços dos mais simples não necessitavam de aprovação Plenária. Narrou que havia solicitado a Secretaria de Obras, serviços de limpeza para o Bairro Passagem, onde residia, tendo recebido como resposta que em virtude de recursos escassos os serviços estavam empenhados nos Bairros Periféricos, principalmente. Concluindo, disse que para sua surpresa, três dias após

ter solicitado os serviços, alguns caminhões haviam realizado serviços de limpeza na Passagem sem que, na condição de Vereador tivesse conhecimento prévio. Prossequindo, disse que além de não ter sido avisado, pois conhecia profundamente os problemas do seu Bairro, a limpeza havia sido incompleta, e que o cidadão de nome "Cauque", um dos Chefes da Secretaria Municipal de Obras, falou em frente ao Vereador Antônio Carlos Pereira da Cunha que "não iria avisar a Vereador nenhum se fosse ficar entulho em qualquer outro serviço", alegando que também era Vereador, era candidato. Foi o orador que a situação estava ficando insustentável, e que a quase totalidade dos Secretários e Chefes eram candidatos. Adiante, disse que se alguém lhe dirigisse pedido para dispor de algum Serviço de Prefeitura, tinha obrigatoriamente que encaminhar a primeira diretamente ao Secretário, pois seus pedidos não eram atendidos. Prossequindo, disse que o Prefeito sabia de tal situação e não tomava qualquer atitude para reverter tal caso. Adiante disse ter provado ao Senhor Alexandre, também atendendo por "Cauque", que no Cemitério de Cabo Frio, pessoas estavam sendo sepultadas sem documentação, e muito menos o Registro de Óbito, pois estava elato a convivência de funcionários do referido Campo Santo com funcionários de Cabo Frio. Citou como exemplo o sepultamento de uma criança, e tendo o funeral cobrado um absurdo pelo enterro, houve mais uma briga com o estabelecimento, e ainda, que um "papa de ponto" afirmara que se o Vereador lá estivesse "fica mais um, pois eu e ele têm o ponto do meu enterro". Enfatizou o orador que continuava brigando com os funcionários toda vez que fosse denunciado o abuso contra o povo trabalhador de salário mínimo e, não podia pagar quatrocentos ou quinhentos reais por um funeral. A seguir, disse o Senhor Alexandre verificara "in loco" a veracidade de suas denúncias ao constatar que um sepultamento veio feito no Cemitério de Santa Isabel sem a documentação. Disse que mesmo assim, o Senhor Alexandre lhe negara os caminhões para prestar serviços, o que era um absurdo inominável. Com relação a questão da Jua Franusio Vasconcelos, disse que perto morava o Senhor Cauque, e perto estava um entulho que permanecia como um lixo e a responsabilidade da Administração Municipal, representada

pelo referido Chefe da Secretaria Municipal de Obras, e eluzando registrado
 seu protesto em relação a tais descalabros, enurrou sua fala. A seguir, su-
 pou a tribuna em Explicação Pessoal, a Vereadora Angélica Botelho Barão
dos Santos, saudou inicialmente a presença do Vice Prefeito Osme Cardoso
dos Santos no Plenário, fazendo o elogio do referido homem público do Hon-
 eável. Adiante falou do que considerava um trabalho maravilhoso do Vere-
 ador Elfredo Barreto do PT e destacou o elmo de produtivo atividade da
 Câmara, com matérias das mais importantes sendo aprovadas. Disse tam-
 bém que o seu período na Câmara, servira também para consolidar ami-
 zades com Vereadores que só conhecia superficialmente, citando os nomes
 de Waldir Maurício de Aquino Neto, Leopoldo Schwindt. Disse que ainda tinha
 uma semana para fazer elogios aos demais Vereadores, e que ao pouquinho
 registrando um pouco de cada um. Reportou-se ao dia das mães e sua co-
 dição de única representante feminina no Câmara, e desejou a todas as
 mães cabotrienses muito amor e que tal sentimento pudesse ser repartido
 com todos, pois o mundo precisava de amor ao próximo. Disse que não
 tinha pretensões a ser candidata nas próximas eleições, mas desejou
 a todos os Vereadores sucesso na carreira política, no que encerrou sua
 fala. São havendo mais oradores para o uso da Tribuna em Explicação
 Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus.
 E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de
 lida, submetida a aprovação Plenário, aprovada, será assinada para que
 produza seus efeitos legais.

[Handwritten signatures and scribbles, including a large blue ink scribble and a signature in a circle.]

Ata do Vigésimo Quarto Sessão Di-
 nário do Primeiro Período Regula-
 tivo da Câmara Municipal de Cabo-
 ério, realizada no dia vinte três de
 maio do ano de mil novecentos e no-
 venta e cinco.

Aos dezesseis horas do dia vinte três de maio do